



**mutualidades
portuguesas**

NOTÍCIAS DO MUTUALISMO

Boletim Informativo Mensal

Edição n.º 137 - IV Série

outubro de 2021

info

Jornadas Mutualistas começam a 12 de outubro

Sete sessões presenciais em Espinho e Setúbal tratam do "Progresso, Desenvolvimento e Evolução do Movimento Mutualista". **p16**

Coimbra acolhe Encontro Nacional de Dirigentes a 25 de outubro

Os mecanismos de apoio financeiro à proteção social estarão em foco, no auditório da CCDR Centro **p16**

UMP celebra protocolo de cooperação na área do atuariado **p13**

Um início do novo ano letivo nos centros infantis mais tranquilo **p10**



Elevada procura leva Governo a reforçar dotação para aquisição de carros elétricos

Nesta edição, abordamos desenvolvidamente as diferentes áreas de financiamento previstas. Até 30 de outubro, as IPSS que detenham acordos de cooperação com o ISS, IP para o desenvolvimento da resposta social SAD podem candidatar-se ao Programa Mobilidade Verde Social, no âmbito do PRR, que disponibiliza veículos 100% elétricos a essas entidades. **p4**

**O MUTUALISMO
NA VIDA DAS PESSOAS**

ASSISTA AO VÍDEO NAS NOSSAS REDES SOCIAIS



»» ÍNDICE

04 EM FOCO
CANDIDATURAS PROGRAMA MOBILIDADE
VERDE SOCIAL, NO ÂMBITO DO PRR

13 ATIVIDADES UMP
UMP ASSINA PROTOCOLO
NA ÁREA DO ATUARIADO

04	EM FOCO
10	ATIVIDADES UMP
19	MUTUALIDADES
23	LEGISLAÇÃO
25	FOI HÁ UM ANO!

»» FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE E EDIÇÃO
UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS

EDITOR
LUÍS ALBERTO SILVA
REDAÇÃO/PAGINAÇÃO
GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

FOTOGRAFIA
UNIÃO DAS MUTUALIDADES PORTUGUESAS, OUTROS

WWW.MUTUALISMO.PT | EMAIL: UNIAO@MUTUALISMO.PT

EDITORIAL



Luís Alberto Silva
Presidente do Conselho de Administração da UMP



Regresso em força!

Estamos de regresso ao convívio dos nossos leitores, depois da habitual pausa estival na atividade da UMP. E o nosso retorno tem sido com redobrada energia.

Aos webinars de comunicação e jurídico, juntámos, em setembro, um outro dedicado às matérias de gestão financeira.

Não terminámos o mês sem apresentar o novo vídeo institucional. É um elemento de comunicação que revela a nossa identidade e dá a conhecer aquela que é a ação diária das mutualidades na vida concreta das pessoas. Temos este poderoso instrumento para, através das nossas Associações espalhadas no território, dos nossos dirigentes, técnicos e colaboradores, comunicarmos aos portugueses o que somos e o que fazemos.

Neste mês de outubro, para além dos webinars mensais, vamos iniciar um novo ciclo de capacitação das Associações Mutualistas. No dia 12, em

Espinho, e no dia 14, em Setúbal, teremos a primeira de sete sessões presenciais das Jornadas Mutualistas Regionais, dedicadas ao “Progresso, Desenvolvimento e Evolução do Movimento Mutualista”.

Queremos ajudar as mutualidades a identificarem os seus constrangimentos e a construírem um plano de ação indutor da modernização e eficiência organizacional que lhes permita crescer de forma sustentável e corresponder aos desafios que a sociedade nos coloca.

A 25 de outubro, teremos o nosso X Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, em Coimbra, com uma ordem de trabalhos centrada nos mecanismos de apoio financeiro à proteção social, abordando, nomeadamente, o Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2021/2022 e o Plano de Recuperação e Resiliência.

A capacitação das mutualidades é para a UMP um fator decisivo e uma aposta declarada.



Governo apoia aquisição de veículos 100% elétricos no âmbito do PRR

O impacto na pandemia na economia foi - e é - inegável. Dadas as medidas restritivas que os Governos da maioria dos países decidiram implantar, de forma a conter o contágio, uma crise económica instalou-se, causa e consequência do encerramento de diversas empresas, aumento do desemprego e precarização das condições de trabalho., que fizeram crescer o número de famílias em situação de vulnerabilidade. Para ultrapassar este cenário, a União Europeia desenvolveu um mecanismo que procura assegurar um crescimento sustentável a longo prazo, ao mesmo tempo que responde aos desafios da transição para uma sociedade mais ecológica e digital. Foi assim que nasceu o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), a partir do qual surgem diversos apoios, nomeadamente ao setor da Economia Social, a quem o Estado Português pediu a colaboração para dar uma resposta mais eficaz às necessidades prementes.

“O PRR é, como tem referido o Sr. Primeiro Ministro, uma oportunidade única. Portugal não pode falhar. E nós, enquanto setor social, não podemos ficar para trás”, sublinhou o Presidente de União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva, numa intervenção, reforçando que “a bola está do nosso lado”.

Significa isto que passos concretos foram já dados, em particular pelo Ministério do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade. Depois de atribuídas verbas para a qualificação do Terceiro Setor e da assinatura de um contrato para financiar uma nova geração de equipamentos e respostas sociais que irá beneficiar 60 mil pessoas, foi criado o primeiro instrumento de apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), no âmbito da Componente 03 - Respostas Sociais, no seu investimento RE-CO3-i01 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, do PRR. Designado “Programa: Mobilidade Verde Social”, pretende apoiar a aquisição de veículos 100% elétricos para IPSS que detenham acordos de cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS, IP) para o desenvolvimento da resposta social Serviço de Apoio Domiciliário.

O programa inicialmente apresentado tinha uma dotação de 15 milhões de euros para a aquisição de 600 viaturas, mas com a elevada procura, o Governo decidiu promover um reforço de 20 milhões que permitirá a compra de 1.400 veículos 100% elétricos. O aviso já foi objeto de republicação (são alterados os pontos um, nove e 10).

Ainda que a verba alocada a este programa tenha sido alterada, a data limite das candidaturas manteve-se. Deste modo, todas as entidades com SAD que pretendam concorrer, deverão fazê-lo, submetendo o [formulário eletrónico](#) até às 23:59:59 horas do dia 30 de outubro de 2021.

As candidaturas para este apoio máximo de 25 mil euros por veículo adaptado - o IVA não é elegível - são analisadas e hierarquizadas por ordem de chegada (dia/hora/minuto/segundo), pelo que apenas as primeiras entidades a remeterem o formulário poderão ser selecionadas.

Contando com a presença do Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, assim como da Ministra do Trabalho, Segurança Social e Solidariedade, Ana Mendes Godinho, da Secretária de Estado da Ação Social, Rita da Cunha Mendes, e Joaquim Pequicho, representante da Confecoop, foi organizado um conjunto de webinars destinados às associações de diferentes regiões com resposta de Serviço de Apoio Domiciliário para clarificar possíveis questões relativas a este programa. As dúvidas mais frequentes estão elencadas nas páginas seguintes, com as respostas dadas pela própria equipa do ISS, IP.

“A pandemia de covid-19 trouxe às instituições enormes desafios: desde logo, o objetivo de assegurarem a proteção da saúde e da vida das pessoas que cuidam, mas também a manutenção do acompanhamento social e a proximidade e apoio que prestam, e também a sustentabilidade das suas organizações, num contexto muito excecional. E este contexto excecional tornou ainda mais evidente a necessidade de reequacionarmos a prestação dos cuidados, a adequação dos equipamentos e respostas sociais existentes e reforçarmos a importância que devemos dar à qualificação, à inovação e à diversificação das respostas sociais, numa lógica, não só de curto prazo, mas também de recuperação e resiliência no médio e longo prazo”, disse Rita da Cunha Mendes, Secretária de Estado da Ação Social



Perguntas e respostas sobre candidaturas ao Programa Mobilidade Verde Social no âmbito do PRR

As viaturas de passageiros têm um limite máximo de lugares?

Sim, até nove lugares, incluindo os lugares adaptados para pessoas com mobilidade condicionada

Caso o montante da despesa for até 25.000€, não é necessário cumprir os critérios do código da contratação pública?

As entidades, enquanto adjudicantes, têm sempre que cumprir o Código dos Contratos Públicos, previsto na Lei n.º 30/2021 de 21 de maio, na qual se pode ler que “aprova medidas especiais de contratação pública e altera o Código dos Contratos Públicos”.

A realização da candidatura obriga a aquisição prévia de uma viatura?

As Entidades podem candidatar-se sem terem formalizado qualquer aquisição de viatura.

Na candidatura, é necessário apresentar orçamentos das viaturas?

Não, não é necessário apresentar quaisquer documentos.

Uma vez aprovada a candidatura, quanto tempo têm as entidades para realizar a compra da viatura e pagá-la?

Nove meses, com uma eventual prorrogação por mais nove meses, nunca superior a 18 meses no total, tal como está explanado no n.º 4 do ponto 4 do aviso de candidaturas.

Nas situações em que o preço do veículo ultrapasse o valor máximo do apoio no âmbito do PRR é possível ser alvo de candidatura a apoios das autarquias?

Não, isso é considerado duplo financiamento, conforme previsto na alínea d, do ponto 2, do aviso de candidaturas.

Depois da aprovação, a instituição terá de comprar primeiro o veículo e apenas seguidamente é disponibilizado o valor à instituição ?

O beneficiário final tem direito a receber um adiantamento no valor correspondente a 70% do montante do investimento total elegível, após a devolução do original do Termo de Aceitação, por via postal, devidamente assinado.

Onde é possível consultar as alterações a fazer aos veículos?

As adaptações encontram-se descritas nos requisitos da Tabela 1 do ponto 4 do aviso de candidaturas, para as tipologias 1 e 2, respetivamente.

As áreas de financiamento do PRR no setor da Economia Social

Com execução até 2026, o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) pretende servir de base para uma série de reformas e investimentos numa nova geração de equipamentos e respostas sociais, em torno de três dimensões: resiliência, transição climática e digital.

Num investimento de 417 milhões de euros, o PRR divide-se em quatro âmbitos:

- **Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais:** pretende-se requalificar a rede já existente e licenciar as respostas em situação irregular, compreendendo intervenções ao nível do edificado, com o objetivo de promover uma melhoria das condições de trabalho e da eficiência energética, além da aposta na própria qualidade dos cuidados prestados e na capacitação digital. Do plano, consta um alargamento para três áreas distintas – infância, idosos e pessoas com deficiência ou incapacidades - para as quais se pretende aumentar o número de lugares com respostas qualificadas e diversificadas. Estão previstos 298.696.750€ para obter 28 mil lugares em respostas sociais intervencionados.

- **Nova geração do apoio domiciliário (SAD):** visa a evolução de um Serviço de Apoio Domiciliário que atente à satisfação das necessidades básicas, sejainovador, flexível, multifacetado e integrado. Prevêem-se 17.095.220€ para a qualificação tecnológica e técnica em prestação de cuidados de 7500 funcionários.

- **Criação de equipas para projeto piloto Radar Social:** este projeto, que terá uma duração de três anos, procura sinalizar e avaliar as condições dos idosos e outros grupos em situação de fragilidade, isolamento social e/ou problemáticas agravadas pela pandemia. Tem um custo previsto de 60.213.320 €.

- **Aquisição de veículos elétricos:** o principal foco é a dotação de soluções de transporte consideradas mais amigas do ambiente, destinadas ao Serviço de Apoio Domiciliário, apostando em respostas sociais de proximidade, que promovam, em especial, a autonomia das pessoas, através de um apoio ao domicílio mais flexível. A dotação inicial era de 62.500.000€ para a compra de carros 100% elétricos.

Ana Mendes Godinho quer ajuda das associações para implementar o PRR

A caixa de email da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, está aberta a todos os cidadãos, à espera de propostas para facilitar a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência.

Foi durante o segundo webinar sobre mobilidade verde social que a ministra lançou o repto às associações para darem a conhecer os problemas que foram encontrando ao longo do tempo, nomeadamente com burocracias, e apresentando sugestões para que, agora que está a ser revisto o licenciamento dos equipamentos e respostas sociais, seja criada uma resposta que vá ao encontro das verdadeiras necessidades no terreno. “Para que o PRR seja o mais eficaz possível, queremos simplificar ao máximo”, declarou.

Todos os contributos devem ser enviados para propostas.mtsss@mtsss.gov.pt.

Nova geração de respostas sociais beneficiará 60 mil pessoas

Foi assinado um contrato para financiar uma nova geração de equipamentos e respostas sociais que, de acordo com Ana Mendes Godinho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, irá beneficiar 60 mil pessoas. Isto será possível devido ao investimento de 417 milhões de euros, exequível graças ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A ministra avançou - durante a sessão pública de assinatura do contrato de financiamento da Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, no âmbito do PRR, entre o Instituto da Segurança Social e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, no qual a União das Mutualidades Portuguesas esteve também presente - que este programa “tem, acima de tudo, o objetivo de chegar às várias dimensões, desde as pessoas mais novas às pessoas mais velhas, naquilo que são as respostas sociais”. Desta forma, será possível levar a cabo “a grande missão de Portugal ser um país para todos”, adicionou.

Já em nota de imprensa, citada pelo jornal Expresso, o gabinete do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social esclareceu que o contrato “mobiliza 417 milhões de euros para reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade,

do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial, e ainda promover uma intervenção integrada com vista ao combate à pobreza”.

Rui Fiolhais, Presidente do Instituto da Segurança Social, explicou ainda que o plano versa quatro dimensões: requalificação e alargamento da rede (277,2 milhões de euros), serviço de apoio domiciliário (17,1 milhões de euros), Piloto Radar Social (60,2 milhões de euros) e mobilidade verde social (62,5 milhões de euros).



Mais de 3 milhões de euros aplicados na qualificação do setor social

O programa anunciado pelo governo, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), reserva 3,4 milhões de euros para a formação de profissionais do setor social. Esta é apenas uma parte do investimento total de 285 milhões de euros destinados à criação de sete novos centros de formação e requalificação de mais de 60 mil trabalhadores nas áreas da transição

digital, modernização da indústria, ambiente e energias renováveis, saúde e do setor social, atualmente. De acordo com Ana Mendes Godinho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, objetivo é chegar, em 2025, ao patamar dos 100 mil profissionais com certificação de competências.

Com morada nas regiões do Tâmega e Vale do Sousa, Leiria, Lisboa Norte, Alentejo Litoral e Algarve, os polos de formação receberão um financiamento de cerca de 230 milhões de euros, divididos entre os sete novos centros e os 55 já existentes, avançou o Jornal de Notícias.

O programa é destinado aos que pretendam aumentar o seu nível de escolaridade, submetendo-se à participação numa formação de, no mínimo, 50 horas.

Um novo ano letivo igual, mas diferente, com todos os cuidados a que a pandemia obriga

Com ou sem pandemia a moldar as nossas vidas, setembro marca o início do ano letivo, desde o pré-escolar ao ensino superior. E este hábito não é exceção nas creches e jardins de infância das Associações Mutualistas e da própria União das Mutualidades Portuguesas.

No Centro Infantil Dr. António da Costa Leal (CIDACL), o regresso fez-se com nostalgia e expectativa, até porque, como Sara Ferreira, diretora-técnica da creche localizada na freguesia de Santa Clara, em Lisboa, explica, “nestas idades [entre os quatro e os 36 meses], basta um período de um mês ou 15 dias” para que “alguns progressos a nível do crescimento e das aprendizagens” sejam notórios. Contudo, no que diz respeito às crianças que chegam pela primeira vez ao equipamento, “é um período de muito choro”, o que poderá estar relacionado com o confinamento e o impacto da crise pandémica, reflete Sara Ferreira. “As crianças, que estiveram bastante tempo em casa e apenas com os familiares, são agora aqui expostas a um contexto completamente diferente, com rotinas diferentes, com pessoas diferentes, com muitas crianças também a chorar e instáveis emocionalmente e tudo isto faz com que o processo seja um bocadinho mais difícil para essas crianças que vêm pela primeira vez”, declara.

Para alguns pais, nomeadamente os que vivem esta experiência pela primeira vez, o momento não é menos custoso. “Isto traz-lhes uma ansiedade e receio muito significativos”, nota a diretora-técnica, explicando que a equipa de técnicas se apercebe que as famílias “começam a ressentir-se, por causa das medidas e procedimentos inerentes à prevenção da pandemia, principalmente da questão de não entrarem ainda nas instalações e entregarem as crianças à porta”.

De forma a tentar solucioná-lo, o CIDACL organizou as habituais reuniões com os encarregados de educação no exterior, com o distanciamento indicado pelas autoridades de saúde entre as cadeiras e permitindo apenas



um familiar por criança, depois de uma apresentação das instalações, já decoradas e equipadas com todos os brinquedos. “Notamos que eles [os pais] têm adorado esses momentos, porque, embora seja do lado exterior e não seja a mesma coisa, acabam por ficar ali imenso tempo, a tirar fotografias. É um conforto para eles. Não resolve, mas foi uma forma que encontramos para tentar atenuar um bocadinho [as preocupações dos pais]”, repara Sara Ferreira.

Já na creche da Associação de Socorros Mútuos Freamundense, os familiares terão sentido uma menor diferença aquando das restrições e adaptações fruto da pandemia. Como explica a Presidente da instituição, Armanda Fernandez, anteriormente, era já norma da escola não permitir a entrada dos pais nas salas, tal como é [recomendado pela Direção-Geral da Saúde](#) (DGS). “O acompanhamento dos pais às salas não fazemos. Aliás, já é uma norma da escola há muito tempo, por todas as razões e mais algumas - mas em especial para que não haja muita circulação - e, agora, com esta situação, não permitimos”, avança, acrescentando que, mesmo a reunião anual que normalmente organizam

Condições do alargamento da gratuidade nas creches

A frequência das creches passa a ser gratuita para todas as crianças de famílias até ao segundo escalão de rendimentos, conforme publicação em Diário da República da Portaria n.º 199/2021, a 21 de setembro.

Esta medida abrange as respostas sociais Creche e Creche Familiar desenvolvidas pelas instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou legalmente equiparadas, com acordo de cooperação celebrado com o Instituto de Segurança Social, I.P., no âmbito do sistema de cooperação.

É igualmente aplicável, com as necessárias adaptações às famílias do 1.º e 2.º escalões com crianças em amas do Instituto da Segurança Social, I. P.

Pode consultar, [AQUI](#), a Portaria n.º 199/2021, que produz efeitos a 1 de setembro de 2021.

com todos os pais, não estão a fazer em conjunto: “estamos a fazer sala por sala para que possamos distanciar os pais e termos todos os cuidados com as normas de saúde”.

Assim, torna-se claro para Armanda Fernandez que a fase de insegurança, por parte dos encarregados de educação, face à entrega dos filhos na instituição foi já colocada atrás das costas. “Acho que essa fase já passou, já está ultrapassada. Há um pai ou outro que tem mais reservas e que nos faz logo algumas questões, mas nada de transcendente”, clarifica.

Esta maior confiança por parte dos familiares é possível pelo cumprimento das normas indicadas pelas autoridades de saúde, como a constante limpeza e desinfeção dos materiais, horários de entrada desfasados e, no caso da valência da Associação de Socorros Mútuos Freamundense, a solicitação da dispensa de uma muda de roupa e calçado extra, que fica sempre na escola “para que não haja a entrega das coisas e andem de lado para lado”, refere a Presidente.

Quanto à máscara, esta mantém-se

obrigatória, o que, segundo alguns especialistas, poderia dificultar a adaptação à creche. Todavia, Sara Ferreira diz não ter “essa percepção”. “Até porque, por vezes, quando as colegas conseguem manter o distanciamento com as crianças, acabam por baixar, por breves instantes, a máscara, para que elas vão vendo a cara delas”, esclarece. Além disso, recorda que as crianças “acabaram por se adaptar a este contexto pandémico e já estão habituadas a ver a figura adulta de máscara”.

Talvez por esse hábito e adaptação ao atual contexto, o número de inscrições voltou aos níveis pré-pandemia. Depois de uma quebra na procura no ano letivo anterior, o CIDACL tem já as 67 vagas comparticipadas pela Segurança Social ocupadas, assim como algumas a nível privativo. Também em Freamunde não houve um menor número de vagas preenchidas relativamente a anos anteriores. Deste modo, à data da entrevista a Armanda Fernandez, havia já 129 inscritos, dada a dimensão do espaço, que permite o distanciamento entre as crianças.



Ministra da Justiça recebe exemplar do livro editado pela UMP

O livro “Origens do Mutualismo em Portugal”, editado pela União das Mutualidades Portuguesas, não deixa ninguém indiferente. Foi o caso da Ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, que recebeu das mãos de Luís Alberto Silva e do embaixador Luís Cristina de Barros, em representação do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas (UMP), um exemplar desta obra que lança novos dados para o conhecimento da história do Movimento Mutualista, designadamente das suas origens e desenvolvimento ao longo dos últimos oito séculos.

No decorrer deste encontro realizado no gabinete da Ministra da Justiça, em Lisboa, o Conselho de Administração da UMP deu a conhecer que está a ser preparada a edição de mais uma obra que trará inestimáveis contributos para o conhecimento da ação das organizações mutualistas nas ex-colónias portuguesas ao longo da história.

Luís Alberto Silva e Luís Cristina de Barros apresentaram, ainda, as conclusões do XIII Congresso Nacional do Mutualismo, realizado em julho último, em Vila Nova de Gaia.

Para além do natural interesse que despertou no seio do Movimento Mutualista, a obra que resulta de uma investigação dos professores



Joana Dias Pereira e Rui Henriques tem sido muito bem acolhida nos meios académicos, aos quais a UMP fez chegar um exemplar do livro às bibliotecas das instituições de ensino superior para permitir o seu estudo e consulta pelas respetivas comunidades.

“Este investimento da UMP na edição e na divulgação do livro e da investigação que lhe está subjacente junto dos meios académicos reveste-se de grande importância, no caminho que estamos a percorrer de dar a conhecer aos nossos jovens estudantes e ao próprios estudiosos da economia social o papel do Movimento Mutualista na sociedade portuguesa contemporânea e

ao longo dos últimos oito séculos de história”, explica Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP.



UMP celebra protocolo de cooperação na área do atuariado

A União das Mutualidades Portuguesas (UMP) acaba de celebrar um protocolo de cooperação com Pedro Barbosa, atuário certificado na área de fundos de pensões e inscrito no Instituto dos Atuários Portugueses, com escritório na cidade do Porto.

O protocolo de cooperação prevê, designadamente, “a divulgação dos serviços atuariais” de Pedro Barbosa junto das associações mutualistas, ressaltando que a UMP será “totalmente alheia” às relações e respetivas condições que venham a ser estabelecidas entre elas e o referido Atuário.

“O processo de rejuvenescimento do mutualismo em que estamos viva e energeticamente empenhados pressupõe, nomeadamente, que as mutualidades sejam capazes de oferecer novas soluções de previdência social sustentáveis que vão de encontro às necessidades dos portugueses. E nesse sentido, têm de envolver especialistas em atuariado”, realça Luís Alberto Silva, Presidente do Conselho de Administração da UMP.

Considerando a exiguidade de recursos disponíveis especializados na área do atuariado, a UMP tem vindo a desenvolver esforços no sentido de facilitar o contacto das suas associadas com atuários devidamente habilitados.

É neste contexto que a UMP celebra este protocolo de cooperação, tendo em conta que, “em relação às modalidades de benefícios cujos



Pedro Barbosa assina o protocolo com a União das Mutualidades Portuguesas

montantes de quotas e benefícios devam ser determinados por estudos atuariais ou impliquem a existência de reservas matemáticas, as mutualidades estão legalmente obrigadas à elaboração anual de balanços técnicos que apurem as responsabilidades futuras assumidas para com os associados em cada modalidade, analisem as respetivas condições de equilíbrio financeiro e avaliem a necessidade de rever a estrutura e os quantitativos das quotas ou benefícios”. E para a elaboração desses balanços

técnicos “torna-se imperativo o recurso a especialistas na área do atuariado, devidamente habilitados e certificados para o efeito”.

A sustentabilidade, em todas as suas dimensões, está na ordem do dia e, quer a UMP, quer Pedro Barbosa estão convictos de que “a celebração de parcerias como esta irá permitir às filiadas na UMP oferecer produtos mais atrativos aos seus associados, nunca esquecendo a sustentabilidade e a vertente social dos mesmos”.

Correio Mutualista é a nova newsletter semanal da UMP

Após uma pausa, a newsletter da União das Mutualidades Portuguesas regressou de cara lavada. Agora chamada Correio Mutualista, traz informação útil para as mutualidades (como legislação, recomendações ou avisos), além de notícias sobre a atividade da UMP e das suas associadas, artigos publicados na imprensa de interesse para o setor social e outros conteúdos relevantes.

Pode consultar todas as edições da newsletter já publicadas no [site](#) da UMP.



UMP estreia webinar na área financeira

Diz-se que não há duas sem três, por isso a União das Mutualidades Portuguesas decidiu cumprir a expressão à risca e adicionar ao seu repertório de webinars um novo na área financeira. Também de periodicidade mensal, a iniciativa dinamizada por Paulo Vieira, técnico financeiro da UMP, pretende esclarecer e dar apoio às Associações Mutualistas sobre assuntos da área económica e financeira. A primeira edição contou com 32 participantes.

A próxima sessão está marcada para dia 21 de outubro, pelas 10h00, novamente na plataforma Zoom.

Próximos Webinars Comunicar Mutualidades e Jurídico já têm data marcada

Mensalmente, a plataforma Zoom é palco dos webinars Jurídico - voltado para as questões legislativas - e Comunicar Mutualidades - que procura deixar claras quais as melhores ferramentas e métodos de comunicação para que as associações possam dar-se a conhecer de forma mais eficaz e para um público cada vez mais vasto. E outubro não é exceção. Para este mês, o primeiro está previsto para dia 19, enquanto o outro irá ocorrer na sexta-feira seguinte, 29 de outubro.

É de salientar que setembro marcou um ponto de viragem para o webinar da comunicação, tendo passado a ser mais prático. Na sessão, foram criados, de raiz, sites para as instituições presentes, a partir da plataforma gratuita Wix.

No que às inscrições diz respeito, pode fazê-las no site da União das Mutualidades Portuguesas, através de um formulário online.



Um vídeo que é a nossa cara e mostra o mutualismo na vida dos portugueses

Damos a conhecer o nosso novo vídeo institucional. Poderíamos dizer que é a nossa cara. Dito de outra forma, conta-nos como o mutualismo está todos os dias na vida das pessoas. Quando cuidamos e protegemos os portugueses de todas as idades e estratos sociais. Quando no presente queremos construir um futuro tranquilo e digno. E quando olhamos para trás, e descobrimos um passado que nos enche de orgulho. Porque muito

do que é hoje o estado social, foram os visionários mutualistas que o pensaram e construíram! Porque os valores que nos fundaram continuam e continuarão a fazer parte do ADN das mutualidades.

Com os portugueses, desde 1176.

Veja, [AQUI](#), e divulgue.

Restauradora de Avintes abre a porta ao Mutual XXI



Para completarmos uma mão cheia de vídeos da rúbrica Mutual XXI - que mostra o mutualismo por dentro, as Associações Mutualistas, o que fazem, o que criam, o quanto ajudam a fazer crescer e a cuidar -, viajámos até à Associação de Socorros Mútuos Restauradora de Avintes, do concelho de Vila Nova de Gaia.

Nasceu em bases sólidas, no século XIX, resistiu à voragem dos tempos e chega aos nossos dias com uma casa nova, onde presta cuidados de saúde de qualidade aos seus 12 mil associados e à comunidade. E há novos projetos na calha.

Pode espreitar, [AQUI](#), o 5.º Episódio do Mutual XXI: ASM Restauradora de Avintes: Dignificar a História; afirmar no presente e no futuro.

Jornadas Mutualistas com sete sessões presenciais em Espinho e Setúbal



A União das Mutualidades Portuguesas vai promover mais uma edição das Jornadas Mutualistas Regionais, que decorrerá, mensalmente, em Espinho e Setúbal, entre 12 de outubro e 9 de junho de 2022. A participação é limitada a duas pessoas por associação mutualista e ao efetuar a sua inscrição no [site](#) das Jornadas Mutualistas, estará a fazê-lo para as sete sessões presenciais previstas no programa a divulgar oportunamente.

Subordinada ao tema “Progresso, Desenvolvimento e

Evolução do Movimento Mutualista”, esta edição, dinamizada por entidade formadora certificada, começará com o preenchimento de um questionário que antecipará uma fase de diagnóstico de cada associação participante.

O passo seguinte será a elaboração de um plano de ação, com abordagem de aspetos relacionados com o planeamento, eficiência organizacional, financiamento, candidaturas, comunicação e trabalho em rede, cujo desenvolvimento incluirá atividades de consultoria e mentoria.

ENDM debate apoios à proteção social

O auditório da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, em Coimbra, acolhe no dia 25 de outubro, entre as 9h00 e as 13h00, o X Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas, que será dedicado ao tema “Mecanismos de apoio financeiro à proteção social”. As inscrições estão a decorrer no [site](#) do evento.

O Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário 2021-2022 é o primeiro ponto da ordem dos

trabalhos, que será abordado por Catarina Marcelino, Vice-Presidente do Instituto de Segurança Social.

A segunda parte será dominada pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em que participará Sofia Silva Ferreira, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A sessão de abertura contará com intervenções do Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Luís Alberto Silva; Presidente da CCDR Centro, Isabel Damasceno e de representante do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.



Portugal e Espanha unem esforços a favor da Economia Social

Coimbra, enquanto integrante da rede de cidades portuguesas nomeadas Capital Europeia da Economia Social 2021 foi, dia 8 de setembro, palco da Cimeira Ibérica da Economia Social. No evento, que contou com a participação da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, e a sua homónima espanhola, Yolanda Díaz Pérez, foi assinado um Memorando de Entendimento no domínio da Economia Social

entre os dois países, que é, de acordo com a Ministra do Trabalho e Economia Social de Espanha, “a demonstração da aposta neste setor, reconhecendo uma série de valores que unem ambos os países, segundo os princípios da Economia Social”.

Neste evento, esteve também presente o Presidente do Conselho de Administração da UMP, Luís Alberto Silva.



Assembleia Geral da UMM agendada para 24 de novembro

A Assembleia Geral da União Mundial das Mutualidades (UMM) volta a reunir-se, em formato de videoconferência, no dia 24 de novembro, pelas 17h00.

As medidas adotadas pelo Comité Intercontinental - no qual a União das Mutualidades Portuguesas detém a Vice-Presidência, em representação da Europa - neste período de pandemia e a informação relevante da sua

atividade e da área económico-financeira são os pontos principais da agenda dos trabalhos.

Após o falecimento de Alfredo Sigliano, distinguido, a título póstumo, pela UMP, com o Prémio Mutualismo e Solidariedade Internacional, no Congresso Nacional do Mutualismo, o Comité Intercontinental da UMM passou a ser presidido pelo argentino Andrés Román, em representação da ODEMA.



Alterações salariais no Contrato Coletivo de Trabalho

A União das Mutualidades Portuguesas, a FNE - Federação Nacional da Educação e sindicatos chegaram a acordo relativamente a questões salariais e outras, levando a alterações no Contrato Coletivo de Trabalho.

As modificações foram agora publicadas no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º31, de 22 de agosto de 2021.

O documento está disponível para consulta, [AQUI](#).

A Beneficência Familiar e AMUT atribuem bolsas e prémios de mérito a estudantes



Rejuvenescer é uma das palavras de ordem do movimento mutualista e, não só A Beneficência Familiar, do Porto, como a AMUT - Associação Mutualista de Gondomar, bradam-no aos sete ventos. Os esforços destas duas instituições são claros na tentativa de alcançar públicos mais jovens e, no início de outro ano letivo, chegam-nos novas provas.

Até ao último dia do mês de setembro, os estudantes que este ano ingressam pela primeira vez no Ensino Superior puderam candidatar-se a uma das cinco bolsas de estudo promovidas pela Beneficência Familiar, que resultaram da consignação do IRS. Exclusiva a filiados na associação há pelo menos um ano (isto é, que sejam associados desde agosto de 2020), as bolsas pretendem dar uma oportunidade aos que não têm a possibilidade de apostar na sua formação.

Depois de entregue a ficha ENES - um documento comprovativo da titularidade do curso no ensino secundário, que inclui também a respetiva classificação -, obrigatória para a candidatura, a instituição portuense

comprometeu-se a analisar cuidadosamente o documento e selecionar os cinco alunos com os melhores resultados académicos. Os resultados serão partilhados em outubro, quer no site, quer no Facebook d'A Beneficência Familiar.

Também a AMUT procura incentivar os mais novos a aplicarem-se na escola, promovendo, anualmente, o Prémio de Mérito Escolar, que distingue os estudantes que completaram o Ensino Secundário com uma média final igual ou superior a 17 valores. O reconhecimento é destinado aos associados familiares descendentes.

Para concorrerem ao prémio, que se traduz no valor monetário de 125€, os filiados devem apresentar um certificado comprovativo da média obtida, emitido pelo estabelecimento de ensino, e preencher o requerimento dirigido ao Conselho de Administração da AMUT, disponível no próprio [site](#) da instituição de Gondomar. A documentação pode ser entregue, ora na sede da associação, ora via digital, sendo enviada para o email amut@amut.pt.

Covilhanense assina novos protocolos na área da saúde

Os associados da Mutualista Covilhanense passarão a ter acesso a melhores e mais diversificados cuidados médicos, depois de a instituição ter celebrado dois novos protocolos na área da saúde: um com o hospital Casa de Saúde São Mateus, em Viseu, e outro com o médico e professor José Luís Arranz Gil, que lidera um tratamento contra a fibromialgia.

Com o acordo com o hospital, os filiados poderão usufruir dos serviços prestados nesta unidade de saúde e ainda terão acesso a um cartão que lhes dará prioridade no agendamento de consultas ou exames e benefícios exclusivos. Já no que diz respeito ao compromisso de cooperação com José Arranz Gil, este traduzir-se-á na cedência das instalações da Covilhanense ao profissional para a realização de um estudo focado na Neuroestimulação Magnética Transcraniana de baixo campo em doentes de fibromialgia.



Mutalista Covilhanense



Mutalista Covilhanense

Associações expandem-se no universo digital

O leque de redes sociais é cada vez maior e as Associações Mutualistas vão acompanhando essa ampliação constante. Dois exemplos disso são A Familiar de Grijó - Associação Mutualista e A Beneficência Familiar - ASM do Porto, que reforçaram recentemente a sua presença no mundo online.

Enquanto a instituição do concelho de Vila Nova de Gaia aderiu, no início do mês de setembro, ao Instagram, a associação portuense criou uma conta no LinkedIn. É nestas plataformas digitais que dão a conhecer os seus espaços, mostram as atividades que vão desenvolvendo ao longo do tempo, partilham conteúdo que consideram relevante para os seus associados e partilham informação relativa às suas valências.



Feira do Livro do Porto com presença mutualista

Os jardins do Palácio de Cristal, no Porto, acolheram mais uma edição da Feira do Livro e a Liga das Associações Mutualistas do Porto voltou a assegurar o posto de primeiros socorros do evento, aproveitando o ensejo para promover rastreios à tensão arterial, colesterol e glicémia, além de promover os seus serviços e das suas filiadas. A Beneficência Familiar, que integra a Liga, partilhou imagens que pode espreitar, [AQUI](#).



A Beneficência Familiar



A Beneficência Familiar



Mutalista Covilhanense

Centro de Dia da Mutualista Covilhanense reabre

A pandemia obrigou os utentes do Centro de Dia da Mutualista Covilhanense a trocar o espaço pelas suas casas - ainda que tenham continuado a receber apoio e usufruir dos serviços prestados pela instituição -, logo em março de 2020. Contudo, quase um ano e meio depois, os idosos regressam às instalações da associação, que retoma a atividade no seu Centro de Dia.

Seguindo as recomendações das autoridades de saúde e com, não só a equipa, como os utentes, a vacinação completa, a valência regressa ao local habitual, depois de ter arranjado morada temporária num espaço externo, em outubro do ano passado.

ANSE de Sandim adiciona especialidade de Fisioterapia à clínica

No dia em que foi assinalado o 118.º aniversário da Associação Mutualista Nossa Senhora da Esperança, de Sandim, a instituição anunciou a inauguração da especialidade de Fisioterapia, na Clínica de Canedo, em Santa Maria da Feira.

As marcações para as consultas podem ser efetuadas através do contacto telefónico 227 614 386 ou do email clinicacanedo@ansesandim.pt. Conheça as instalações, [AQUI](#).



A escola enquanto bom exemplo de uma alimentação saudável

Por Dra. Ana Cavadas, nutricionista da Farmácia Mutualidade

Uma alimentação saudável e equilibrada é determinante para ganhos em saúde, prevenção de doença e, neste sentido, as escolas, enquanto espaços educativos e promotores de saúde, têm o dever de orientar os seus alunos nas boas práticas alimentares, não só através de conteúdos curriculares, mas também através do exemplo, na oferta alimentar em meio escolar.

Se, nas escolas, a oferta alimentar for contrária ao que é ensinado e preconizado na sala de aula, a missão do professor e da própria escola torna-se difícil. Afinal, é na escola que os jovens passam maior parte do seu dia, sendo aí que ingerem uma quantidade considerável dos alimentos diários. Deste modo, é necessário que as escolas e a comunidade educativa estejam esclarecidas sobre qual o tipo de géneros alimentícios que, de acordo com o seu valor nutricional, deve ser ou não promovido e quais os que não devem ser disponibilizados em meio escolar.

Para o facilitar, foram publicadas, em 2018, Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares, pela Direção-Geral da Educação (DGE), com o apoio do PNPAS (DGS), que permitem uma nova e melhorada abordagem à alimentação nas escolas, já com a presença de refeições vegetarianas e também de refeições que têm por base o padrão alimentar mediterrânico - um documento fundamental que promove uma alimentação nutricionalmente equilibrada em todas as escolas públicas e em todos os níveis de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

Neste documento, constam também as opções alimentares que devem estar à disposição - como laticínios;

frutas; hortícolas; pão (sandes sempre enriquecidas com hortícolas), água; mono-doses de fruta líquida com semelhança nutricional à peça de fruta; sumos de fruta naturais, a espremer no momento; sumos "100%", sem açúcares e/ou edulcorantes adicionados; tisanas e infusões -, ser limitadas - por exemplo, bolachas/biscoitos; barritas de cereais com valor energético inferior ou igual a 100kcal por dose/unidade; bolos "à fatia", preferindo aqueles sem adição de gordura e com baixo teor de açúcar e, com adição de leite, iogurte, fruta, especiarias e outros ingredientes; marmelada e compotas com teores de fruta de pelo menos 50%; gelados de leite e/ou fruta e sorvete, etc - e as que não devem ser disponibilizadas - nomeadamente salgados tipo rissóis, croquetes, pastéis de bacalhau, chamuças e afins; pastelaria (palmiers, jesuítas, mil folhas, bola de berlim, donuts,...); charcutaria; molhos (maionese, ketchup e outros); refrigerantes, incluindo bebidas como coca cola, ice tea, águas aromatizadas preparadas de refrigerantes, bebidas energéticas e desportivas; gelados de água, etc -, nos bufetes escolares.

Em suma, não há "maus alimentos", mas há, sem dúvida, alimentos que, pelas suas características nutricionais, não devem ser ingeridos de forma reiterada e, consequentemente, de livre acesso num local que deve fomentar as boas práticas de alimentação saudável.

Sabe-se que, em Portugal, 30% das crianças têm excesso de peso (dados da Sociedade Portuguesa para o Estudo da Obesidade, 2020) e, embora com tendência decrescente, a obesidade infantil continua a merecer a maior atenção dos pais, dos educadores e dos profissionais de saúde.

LEGISLAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 78-A/2021/172153527](#)

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19

[Decreto-Lei N.º 78/2021](#)

Procede à transposição parcial de diretiva europeia relativa à redução do impacto de determinados produtos de plástico no ambiente. Altera os diplomas que regulam a não utilização e não disponibilização de louça de plástico de utilização única e que determinam a obrigatoriedade de disponibilização de alternativas à utilização de sacos de plástico ultraleves e de cuvetes em plástico.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 135-A/2021/172153528](#)

Altera as medidas no âmbito da situação de alerta

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021/171183636](#)

Aprova a Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021/171096337](#)

Aprova a Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 e o respetivo Plano de Ação Transversal para a legislatura

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2021/171096335](#)

Aprova o procedimento de coordenação das iniciativas de Transição Digital da Administração Pública integradas no Plano de Recuperação e Resiliência

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 123/2021/170649062](#)

Autoriza a despesa com a aquisição de serviços de realização de testes rápidos de antigénio em estabelecimentos de educação e ensino

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2021/170591677](#)

Aprova o plano de ação da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030

[Portaria n.º 202/2021/171942717](#)

Prorroga os prazos para entrega documental necessária à instrução do processo para reconhecimento e manutenção do estatuto do cuidador informal

[Portaria n.º 200/2021, de 21 de setembro](#)

Define o regime excecional de comparticipação no preço das vacinas pneumocócicas.

[Portaria n.º 199/2021, de 21 de setembro](#)

Define as condições específicas do alargamento da gratuitidade da frequência de creche, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 159.º da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro.

[Portaria n.º 194/2021/171516470](#)

Define os modelos de diplomas e de certificados em formato eletrónico das ofertas educativas e formativas do ensino básico e secundário

[Portaria n.º 193/2021/171362456](#)

Estabelece as orientações específicas relativas ao circuito financeiro aplicável aos apoios do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR)

[Portaria n.º 190/2021/171183637](#)

Segunda alteração à Portaria n.º 324/2015, de 1 de outubro, alterada pela Portaria n.º 308/2016, de 9 de dezembro, que cria a Bolsa de Iniciativas da Parceria Europeia de Inovação para a produtividade e sustentabilidade agrícolas, abreviadamente designada Bolsa de Iniciativas, e estabelece as regras gerais do seu funcionamento

[Portaria n.º 185/2021/170794628](#)

Determina a integração de novas entidades do setor da economia social no Conselho Nacional para a Economia Social

[Portaria n.º 184/2021/170649064](#)

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais - FNSTFPS

[Portaria n.º 184-A/2021/170739278](#)

Procede à segunda alteração ao Regulamento das Medidas de Apoio à Cultura no contexto de resposta à pandemia da doença COVID-19, aprovado em anexo à Portaria n.º 37-A/2021, de 15 de fevereiro

[Portaria n.º 183/2021/170591679](#)

Fixa o montante percentual da taxa de justiça a atribuir ao Fundo de Cobrança Executiva da Segurança Social

[Declaração de Retificação n.º 32/2021/171942716](#)

Retifica o Decreto-Lei n.º 77-A/2021, de 27 de agosto, que estabelece o procedimento para o reforço do número de vagas de acesso ao ensino superior através da transferência das vagas fixadas e não ocupadas nos concursos especiais

Declaração de Retificação n.º 31/2021171522718

Retifica a Lei n.º 68/2021, de 26 de agosto, «Aprova os princípios gerais em matéria de dados abertos e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2019/1024 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativa aos dados abertos e à reutilização de informação do setor público, alterando a Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto»

Declaração de Retificação n.º 30/2021171441501

Retifica o Decreto-Lei n.º 66/2021, de 30 de julho, que cria a tarifa social de fornecimento de serviços de acesso à Internet em banda larga

Despacho n.º 8951/2021

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2021/2022, emitidas a partir de 1 de julho de 2021, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano

NORMAS E ORIENTAÇÕES

Orientação n.º 025/2020 de 13/05/2020 atualizada a 09/09/2021

COVID-19: Medidas de Prevenção e Controlo em Creches, Creches familiares e Amas

Orientação n.º 011/2021 de 13/09/2021

COVID-19: Utilização de Máscaras

AVISO 17989/2021

Fixa, em 1,0043, o coeficiente de atualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, para vigorar no ano civil de 2022.

Aviso n.º POISE-37-2021-15

Candidaturas da T.O. 3.17-2 –Instrumentos de Apoio a vítimas de violência doméstica - Estruturas de Acolhimento de Emergência

AGENDA

» APRESENTAÇÃO “MADRINHA” DO PROJETO CASA MOURA

6 de outubro

Hora: 17h00

**Org: Mutualista
Covilhanense**

» JORNADAS REGIONAIS MUTUALISTAS

12 e 14 de outubro

» WEBINAR JURÍDICO

19 de outubro

Hora: 10h00-12h00

» WEBINAR FINANCEIRO

21 de outubro

Hora: 10h00-12h00

» ENCONTRO NACIONAL DE DIRIGENTES MUTUALISTAS

25 de outubro

» WEBINAR COMUNICAR MUTUALIDADES

29 de outubro

Hora: 10h00-12h00

ANIVERSÁRIOS

02 outubro	129.º aniversário	Associação Mutualista “A Familiar de Grijó”
04 outubro	127.º aniversário	Associação de Socorros Mútuos Marítima e Terrestre da Vila de Sesimbra
05 outubro	16.º aniversário	Federação Mutualista Mutuália
14 outubro	144.º aniversário	Associação Mutualista “A Restauradora de Ramalde”
15 outubro	95.º aniversário	Associação Mutualista “O Legado Caixeiro Alentejano”
20 outubro	129.º aniversário	Associação de Socorros Mútuos Fúnebre Familiar Bracarense
23 outubro	116.º aniversário	Federação Mutualista Liga das Associações Mutualistas do Porto

Foi há um ano...

Outubro de 2020



Ministra Ana Mendes Godinho destaca papel do setor social em tempo de pandemia



O retrato das Mutualidades, a inovação e as relações laborais em análise no Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas

Cofinanciado por:



O boletim digital Info é financiado por: